



Quarta-feira, 6 de Agosto de 1975

alavanca

34

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 3\$50



CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
5/376
NF
11

**DESBLOQUEAR
A REFORMA
AGRÁRIA**

avancanca

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

6 de Agosto de 1975

N.º 34

DIRECTOR INTERINO:

José Luís Júdas

24 páginas

Preço avulso, \$800

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Av. Duque de Loulé, 85 - 2.º
Telefs. 8 99 93/4 07 12 — LISBOA-I

DELEGAÇÃO DO NORTE

UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO
Rua de Santa Catarina, 623-1.º
Telefs. 380782/88

Distribuído para postos de venda

e públicos:

Distribuidora «O SECULO»

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Empress do Jornal do Comércio,
S. A. R. L.

TOMOU POSSE O NOVO SECRETARIADO DA INTERSINDICAL

O novo Secretariado da Intersindical Nacional tomou posse no passado dia 2 de Agosto em cerimónia que teve lugar na respectiva sede.

Recorda-se que os novos elementos fazem parte de uma lista única, apresentada no I Congresso dos Sindicatos e eleita por voto secreto directo no último dia de trabalhos.

Do novo Secretariado fazem parte:

Adérito do Nascimento Catalão
Alvaro Fernandes Rana
Ángelo de Pinto Ferreira
Antero Martins Pinto Guimarães
António dos Santos Alberto Andrade
António Rosas
Beatriz Santana Matos Diogo
Carlos António de Carvalho
Jaime Marques Machado
João Manuel Pires Moreira
José António de Matos Alves
José Luís Júdas
Manuel Godinho Tagarosso
Manuel Telxela de Freitas
Maria Filomena Carvalho Santos

Suplentes:

Alfredo Manuel Rodrigues Figueiredo Filipe
Américo Nunes
António Cavaca Calarão
Armando Artur Telxela da Silva
Carlos Manuel Lourenço Dias
Alvaro António Branco
Júlio Maria Pacheco Gonçalves
Juvêncio Ferreira Colaco
Mara Clara Botelho da Costa
Viriato Manuel Parcal Ramos

caberá a este Secretariado «Onduzir durante o triénio 1975/78 os destinos da Central Única dos Trabalhadores, segundo o plano do «Documento de orientação e acção para um Portugal Novo» re-

centemente aprovado no mesmo Congresso.

Beatriz Santana, um dos novos elementos, falou no acto de posse em nome do novo Secretariado.

Reproduzimos, a seguir, e in íntegra, o seu discurso:

Camaradas,

Em nome do Secretariado que haveis acabado de empossar saúdo em primeiro lugar os trabalhadores portugueses a quem asseguro a nossa determinação de dedicarmos à defesa dos seus direitos todas as nossas capacidades.

Em segundo lugar presto homenagem aos camaradas que, quer nos tempos difíceis do fascismo quer depois do 25 de Abril, permitiram, pela sua dedicação total à causa das classes trabalhadoras que haja um Movimento Sindical Português, unitário, independente, democrático e de massas.

Camaradas,

A nossa actividade não será nem poderia ser diferente da preconizada pelo Plano de Orientação e Acção aprovado no Congresso dos Sindicatos.

— Mostra a necessidade da aliança da classe operária com outras classes interessadas no processo revolucionário, evitando o perigo fatal do seu isolamento.

— Aponta as necessidades imediatas das massas trabalhadoras, cuja satisfação não só é possível como é essencial para a sua identificação com a revolução.

— Aponta as tarefas de organização e reestruturação a levar a cabo pelos Sindicatos por forma a reforçar a sua capacidade de intervenção na vida nacional, como órgãos dinamizadores do poder popular, evidenciando a ur-

gência na verticalização sindical como factor essencial ao controlo económico pelos trabalhadores.

— Afirma claramente que o objectivo máximo da luta dos trabalhadores é a Sociedade Socialista, definindo as tarefas imediatas que tornarão possível alcançar esse objectivo:

Batalha da Produção, Controlo da Produção, e Unidade dos Trabalhadores.

Assumimos a Direcção do Movimento Sindical Português num momento particularmente grave da revolução portuguesa.

Os fascistas aparecem nos últimos dias organizados em acções terroristas, aproveitando a cumplicidade daqueles que tudo têm tentado para dividir os trabalhadores e o forte apoio externo das forças do imperialismo internacional, numa tentativa desesperada de fazer retroceder o processo revolucionário.

Os trabalhadores estão profundamente interessados na criação das condições para uma sociedade nova que abra a via ao socialismo, e, nesse sentido, estão dispostos a dar contribuição activa e responsável assumindo a plenitude das funções que lhe cabem na defesa da revolução.

Para isso dispõem da sua unidade, da aliança com o M.F.A., do apoio das forças políticas democráticas e revolucionárias e ainda da solidariedade militante e de classe dos trabalhadores do Mundo.

A luta continua, e o novo Secretariado da Intersindical tem a obrigação de estar na primeira linha dessa luta.

Cumprimentos o nosso dever:

— VIVA A INTERSINDICAL!

— VIVA PORTUGALI

avancanca

RADIO

A VOZ DA INTERSINDICAL TODOS OS DIAS DAS ZERO A UMA DA MADRUGADA ATRAVÉS DAS ONDAS MEDIAS DO RADIO CLUBE PORTUGUÊS (A EMISSORA DA LIBERDADE)

UM PROGRAMA DOS TRABALHADORES

PARA TODOS OS TRABALHADORES

IMIGRANTES
R. F. A.

DEFEITO DE INTEGRAÇÃO DOS EMIGRANTES NOS SINDICATOS

«Dinheiro e Estrangeiro» são duas palavras que o Estado fascista associou para apresentar aos portugueses como alternativa de vida. Como? Nunca se pôs esse problema, mas no reverso da medalha, agradava à máquina capitalista resolver o problema do desemprego, exportando homens a quem, na volta do correio, manipulava as «remessas».

O problema é muito amplo, e nós não vamos falar de emigração com todas as suas letras, mas simplesmente tentar responder a uma pergunta: o emigrante português conseguirá libertar-se do bímio «dinheiro-estrangeiro», que lhe impuseram à saída de Portugal?

Tomé Genebra trabalha na VALVO (do consórcio Philips) em Hamburgo. Emigrante, Tomé Genebra é também delegado sindical e membro da comissão de trabalhadores da firma. «O emigrante português — começou por dizer o camarada Tomé — só muito dificilmente se liberta da sua condição de emigrante. Refiro-me aqui a uma espécie de marca, que psicologicamente alecta todo aquele que emigra. Desconhecido entre outros desconhecidos, o emigrante tem a má no dinheiro, que a força do seu trabalho possa conseguir, e tudo a má é secundário. Isto, mesmo em problemas que lhe dizem directamente respeito como é o caso da participação nos problemas da empresa e ingresso nos sindicatos.»

E Tomé Genebra tentou aprofundar o porquê de tudo isto. Uma primeira explicação — o medo. «O medo, sob o qual vivíamos em Portugal, atravessava as fronteiras conosco. O único argumento, que convencia alguns a sindicalizarem-se, era a greve. Com efeito, se não estivessem inscritos nos sindicatos, não lhes era pago qualquer ordenado durante a greve. Mas ainda assim, o medo de serem vistos pelo cônsul ou qualquer pido tornava-os, por exemplo, incapazes de fazer piquete à porta de uma fábrica, etc. Só indivíduos com muita coragem é que eram militantes do sindicato.»

Tomé Genebra referiu alguns episódios da sua vida pessoal: lembrou como ele distribuía o jornal do Sindicato da Indústria Metalúrgica para os trabalhadores portugueses (quando aquele jornal ainda escrevia à esquerda de Por-

tugal), mesmo quando ele se fez o da visita de Samora Machel à Alemanha, com tudo o que isso significava de anticolonialismo. Recordou ainda que alguns dos nossos compatriotas ficaram profundamente indignados, com o apoio dado ao líder moçambicano, chego-se mesmo a desligarem-se do sindicato.

Por um lado, portanto, o medo; por outro, a língua alemã. «A maior parte dos emigrantes — afirmou o camarada Tomé — são como que paralisados pelas dificuldades da língua alemã. Durante muito tempo, eles fazem as suas horas de trabalho e depois refugiam-se em casa.»

Tomé Genebra, emigrante há já uns anos, subiu em 1974 a membro da comissão de trabalhadores, acumulando também: com a função de delegado sindical ou «homem de confiança». Mas em contacto com as «realidades sindicais, ele explica também a apatia, a neutralidade de muitos emigrantes, quanto aos problemas de trabalho, por certas deficiências na estruturação e funcionamento dos sindicatos. «Os sindicatos foram sempre atrás. Deixaram-se ultrapassar pelo aumento inercial da emigração. Um exemplo concreto: os sindicatos deviam ter proporcionado um mínimo de condições para uma aprendizagem, exigir até algumas horas de língua alemã, por semana. Os turcos, Italianos e outros que lá chegaram primeiro do que nós, são muito mais activos na vida sindical. Talvez por terem sido sempre em maior número a terem um secretário no sindicato. Os secretários são funcionários do sindicato, ligados aos emigrantes de determinada nação, para trabalhar no interesse desses mesmos

emigrantes, através de reuniões de esclarecimento nas empresas, pela imprensa sindical, etc. Dado o interesse dessa missão, devia-se atender na sua nomeação não tanto ao número de filiados como efectivamente às nacionalidades dos trabalhadores (pois muitos emigrantes nem estão filiados). Foi assim que os portugueses foram os últimos a conseguirem o seu secretário no sindicato.»

Mal recebidos, mesmo pelas organizações de trabalhadores, não é de estranhar, dentro da rude formação do trabalhador português, uma desconfiança quanto à actuação dos sindicatos, quando estes prezinçam, por exemplo, menos horas de trabalho. Este problema fez-se sentir, conforme diz o camarada Tomé, nos anos de maior emigração, em que havia um salário-horário baixo, mas em compensação, não existia qualquer entrada à multiplicação do número de horas de trabalho, o que vinha ao encontro dos interesses do emigrante, preocupado com amealhar grandes somas em pouco tempo.

Apresentamos algumas reflexões sobre a integração dos nossos emigrantes e as dificuldades que lhes vêm «a sua mesma condição de «emigrantes portugueses». Deixamos, no entanto um problema em aberto: estarão os emigrantes a ser preparados para regressar a um Portugal, que caminha a largos passos para uma sociedade em que não haja lugar à exploração do homem pelo homem?

«O 25 de Abril surpreendeu os emigrantes.»

José Pícadó, emigrante, a trabalhar em ELEMO, é já presidente da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA em Hamburgo.

Ele falou-nos da maneira como os portugueses chegavam à Alemanha, descreveu-os os «interiores», enfim, todo o problema da integração do emigrante num meio absolutamente estranho.

«A Associação destina-se fundamentalmente a encaminhar os recém-chegados e não só o emigrante precisa de ser acompanhado e saber onde conta com amigos ao

longo de todo o tempo. Sucede porém, que há centros de assistência bem melhor organizados que o nosso, pois esses vivem da exploração. Ai, o emigrante não é ajudado, mas sim explorado nos primeiros passos que dá. Assistiu também os emigrantes, embora com outros fins, encontraram-se lá também as missões católicas.»

Na região de Hamburgo há cerca de 8000 portugueses trabalhando, quase todos, nos sectores da construção civil, construção naval e estiva. Muitos deles têm lá a família e acabam por ir viver para o Centro da cidade, em casas abandonadas pelos alemães, onde as rendas são mais baratas.

Nenhum deles, porém, encara essa situação como definitiva. Voltar a Portugal é sempre um imperativo na mente do emigrante.

A que Portugal?

«O 25 de Abril surpreendeu os emigrantes — disse o camarada Pícadó —. Eles tinham dinheiro na banca, andares, terras, ou outros tantos problemas, que os atemorizavam neste momento. A nossa associação envida todos os esforços para esclarecer aquele mal, mas nem sempre somos correspondidos. Anfilantismo outras direcções da associação contentam-se com uns bailes, cinema ao velho estilo do Toni de Matos, etc. Hoje mobilizamo-nos para, juntamente com os nossos serviços de Infantário, médico, habitações, traduções, levar junto de cada um a necessária dinamização cultural. Mas há forças apostadas em travar a nossa acção através do obscurantismo, que tentam a todo o transe manter, ou alucinando-nos desesperadamente de comunistas (no que são aplaudidos por muito boa gente).

Vemos a Portugal pedir auxílio para a nossa acção, mas nem mesmo o Secretariado da Emigração nos ajuda, numa altura que julgamos decisiva para conquistar os emigrantes para uma Revolução, e outros se empenham em denegrir.»

Aqui fica um problema em aberto: os emigrantes são portugueses que é preciso conquistar para a Revolução!

REVOLUÇÃO

TORRES PINTO, LDA.:

SÃO OS TRABALHADORES VELOCES

A Batalha da Produção está em marcha e para vencê-la há que produzir mais e melhor. Mais e melhor, para quem? Eis uma questão levantada por muitos trabalhadores.

É certo que muitas empresas ainda não foram nacionalizadas. Lá chegará o tempo. Nos casos haverá que exercer um controlo efectivo da produção. Quanto foi investido, quanto se produziu e o que foi feito ao produto de tanto esforço.

Pois é — dirão alguns — mas os lucros continuam a ir para os patrões! É certo, mas enquanto o pau vai e vem folgam as costas e o controlo da produção será, justamente, para que as costas não fiquem enquanto o pau vai e vem. Ou seja: enquanto não chegar a hora de determinada empresa ser entregue aos trabalhadores, o tal controlo estará as mais diversas manobras por parte do patronato.

Tudo isto a propósito das dificuldades que se têm levantado aos trabalhadores da fábrica de aglomerados de cimento Torres Pinto Lda., situada no Faro.

«Até ao 25 de Abril nunca se passou nada. Com o 25 de Abril e até Janeiro de 75, tudo continuou na mesma. Sabe, as pessoas tinham receio, não estavam habituadas a movimentar-se. A comissão por nos declarar a camarada João Lopes da Comissão de Trabalhadores. Por outro lado, o nosso interlocutor adiantou-nos que de um modo geral, «a entidade parial foi cumprindo quase sempre».

Lembramos que a economia desta empresa depende, sobretudo, de capitais alemães, processando-se as relações de trabalho à boa maneira tecnocrata. Tudo está feito de modo a produzir-se o máximo no mínimo tempo possível, sem se olhar às condições de trabalho. O mais pequeno gesto é controlado.

Mas vivíamos que mais nos disse João Lopes: «Em Janeiro de 75 com o apoio do Sindicato, elegemos a Comissão de Trabalhadores que começou, imediatamente, a resolver uma série de problemas relativos às mulheres-trabalhadoras. Para irem à casa de banho, por exemplo, tinham que ir vez à vez. Está a ver, trabalham aqui quase 600 pessoas que, na sua maioria, são mulheres. Por outro lado, tratamos de questões de segurança, higiene, etc.»

Em seguida, os trabalhadores elaboraram um caderno reivindicatório com base no nivelamento do leque salarial e na redução do horário de trabalho de 48 horas para 45. Sobre este último aspecto o nosso entrevistado esclareceu: «Quanto à redução do horário o patrão disse que não porque era estrangeiro e que poderia ser acusado de sabotador da economia».

Interessante, na verdade, a preocupação de não se apressar de tudo, contrapõe 46 horas. Claro que os trabalhadores



aceitaram verificando, no entanto, e passado algum tempo, que certas fábricas do mesmo ramo praticavam lá as 45 horas. Após uma série de assembleias resolveram começar a trabalhar apenas 45 horas, até que a administração, «por se tratar de um facto consumado», aceitou.

Ainda sobre esta questão João Lopes afirmou-nos: «Entretanto fomos chamados à delegação do Ministério do Trabalho aqui de Faro, onde nos disseram que não

se podia alterar o horário de trabalho por causa da portaria 262/760. Expusimos a nossa situação e ficou decretado que trabalhássemos as 45 horas. Quer dizer que existem horários de 45 e de 46 horas mas isso acontece de acordo com os trabalhadores».

Mas os camaradas da fábrica Torres Pinto têm outros objectivos em concreto, a ganhar: «Quase tudo o que nós aqui produzimos vai para o estrangeiro. Por outro lado não temos qual-

quer crise, até fazemos horas extraordinárias. Se fosse necessário produziríamos mais, mas isso seria meter dinheiro aos bolsos dos patrões. Produzir sim, se a firma fosse nacionalizada e, portanto, de todos nós. Neste caso teremos que controlar a produção, mas temos certas dificuldades com a parte administrativa porque, assim, não liga lá muito bem com a Comissão de Trabalhadores.»

Quase a terminar esta curta conversa, o camarada João Lopes chamou a atenção para o seguinte: «Seria bom que estivessemos de posse do sector de exportação e vendas mas todos estes serviços encontram-se em Lisboa, nas mãos da gerência. Enfim, vamos lá ver o que se consegue fazer.»

É realmente pena que as relações entre os serviços administrativos e a Comissão de Trabalhadores sejam efímeras. Mas porquê? Os interesses não serão os mesmos? O patrão não é o mesmo? Meus amigos, a vitória na nossa Revolução depende da unidade de todos os trabalhadores, independentemente dos seus ideais partidários.

«Unidade na acção a força dos trabalhadores!» Que seja esta o lema das camaradas da Torres Pinto, Lda.

OLHÃO — MOTORISTAS FLUVIAIS E MARÍTIMOS

REINDICAM RECONVERSÃO DO SECTOR

O sector da pesca artesanal e da sardinha, no Algarve, atravessa, desde há longo tempo, grave crise que importa seja resolvida, rapidamente e com o realismo revolucionário que o actual momento político exige.

Efectivamente, nos países como é Portugal, com tantos quilómetros de costa, o aproveitamento total e planificado dos recursos naturais, que o mar oferece, impõe-se, para bem de todos nós que, em última análise, seremos os beneficiários dos frutos que os trabalhadores do mar dele podem arrancar.

Para que assim seja, necessário se torna, porém, apontar soluções para a reconversão e adaptação do sector.

Vejamos, pois, o que têm para nos dizer, sobre o assunto, os camaradas Efrão Rosa, Fernando David e Bastião Justo, respectivamente, chefes dos serviços e delegado da direcção, presidente da direcção, e tesoureiro do Sindicato dos Motoristas Fluviaes e Marítimos do Distrito de Faro, com sede em Olhão.

«O nosso Sindicato é pobre pois conta com cerca de 300 associados» — começou por nos dizer o amigo Rosa — «Nos os

pescaadores somos, também, homens pobres, precisamos, portanto, e urgentemente, do apoio e auxílio das autoridades de que dependemos e com as quais resolvemos os nossos problemas; o Ministério do Trabalho e o Ministério da Marinha. Temos procurado fazer com que, quanto mais não seja, o comandante do porto de Olhão faça cumprir o que está determinado na lei, uma vez que, se assim se fizesse, resolveríamos a questão do desemprego, relativamente aos ajudantes de motoristas.»

Com efeito, se no caso dos motoristas não há problemas desta ordem, o mesmo não se verifica com os ajudantes de motorista, que estão desempregados por não se cumprir o que está determinado no despacho de 12 de Agosto de 1974, da Secretaria de Estado da Marinha Mercante, onde se pode ler que «a lotação das traineiras com comandos de motores na ponte, é fixada, em relação ao tamanho dos motores, em um motorista e um ajudante». (Esta lei só se aplica para a pesca da sardinha).

«Crousaram, então, o caso ao Ministério da Marinha Mercante, ao comandante Américo Mata que,

além de não resolver o problema, ainda acrescentou que «em todo o Algarve só existem dois ajudantes desempregados. Ora, só em Olhão, estão seis homens nestas condições!»

OS ARMADORES CONTRA O SINDICATO

«Mas nem só, infelizmente, aquela entidade não presta a necessária colaboração ao Sindicato» — continuou o camarada Rosa — «Também os armadores, naturalmente, estão contra nós, isto é, contra os trabalhadores. Pedimos o alargamento do C. C. T. que está em vigor em Setúbal, relativo a vencimentos a percentagens, e que já dá de 20 a 25 anos está a ser aplicado. Os armadores, como era de esperar recusaram, pelo que os motoristas entraram em greve, cobrindo o Algarve, desde Vila Real de Santo António até Lagos.»

Daqui resultou uma reunião entre a direcção do Sindicato e os armadores, tendo ficado decidido que, em caso de greve fosse levantada, a portaria que permitia

(Continua na Pág. 11)

I ENCONTRO DE QUADROS TÉCNICOS (CONCLUSÕES)

Teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, nos passados dias 12 e 13, o I Encontro de Quadros Técnicos subordinado ao tema «O papel dos quadros técnicos no actual processo revolucionário».

O Encontro foi promovido pela Ordem dos Engenheiros de Lisboa, Comissão Pró-Sindicato dos Arquitectos Assalariados, Sindicato dos Construtores Cívicos, Sindicato dos Economistas, Sindicato dos Profissionais de Escritório e Sindicato dos Engenheiros Técnicos.

Embora qualquer quadro pudesse participar, independentemente de estar ou não sindicalizado, o Encontro contou com a presença de mais de 400 pessoas inscritas que se distribuíram por 4 secções: A integração dos técnicos na luta geral dos trabalhadores; Participação dos técnicos na Reorganização da economia nacional; A formação dos técnicos; Hierarquias e autoridade, saneamento.

Passamos, em seguida, a destacar algumas das partes mais importantes das conclusões a que chegou cada uma das Secções.

Assim, e segundo as conclusões da 1.ª Secção, «os quadros provêm de extractos sociais minoritários e privilegiados relativamente à grande massa de trabalhadores, e constituíram, na estrutura capitalista do anterior regime, uma força ao serviço dos interesses dominantes daquela estrutura».

Reconhecendo que «no processo revolucionário decorrente» é indispensável a integração dos quadros técnicos, aponta-se como absolutamente necessário que os quadros técnicos adoptem um novo perfil de atitudes nas suas relações de trabalho com os outros trabalhadores, designadamente, quanto ao prescindir de situações de privilégio, ao abandono de formas de acção democráticas (...) à aceitação da hierarquia da competência, em resumo, à adopção de atitudes opostas às dos quadros clássicos». Por outro lado, considera-se «que os quadros técnicos devem procurar integrar-se, inequivocamente, na luta dos restantes trabalhadores, aderindo às suas organizações unitárias (...) colaborando na prática com os restantes trabalhadores».

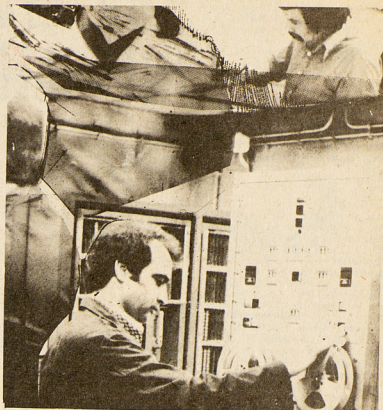
Por fim, salienta-se que «a dinâmica do actual processo revolucionário é fundamentalmente conduzida pelas classes trabalhadoras, pelo que os quadros técnicos só poderão acompanhar o processo desde que adiram, inequivocamente, às organizações unitárias dos restantes trabalhadores».

Por seu turno, a 2.ª Secção inicia as suas conclusões do seguinte modo: «A integração dos quadros técnicos e a sua participação na reorganização da economia nacional tem de ser analisada no conjunto da luta geral dos trabalhadores», declarando-se mais adiante que «a determinação de caminhar para o socialismo, definido como ausência de exploração do homem pelo homem, exige a organização da produção nacional planificada de modo a permitir o máximo desenvolvimento das forças produtivas».

Após uma curta análise à economia nacional chama-se a atenção para o facto de não ser possível a reorganização da economia sem controlo do comércio externo, delimitação do estatuto das empresas multinacionais e controlo efectivo das operações das empresas».

Alind nas mesmas conclusões e referindo-se ao controlo da produção afirma-se: «O grande entrave ao controlo da produção não é a incapacidade organizativa dos trabalhadores mas a não definição das linhas globais (...) se o aparelho de Estado não está preparado para responder há que criar estruturas em que os trabalhadores tenham um papel interventivo e determinante a promover a reorganização daquele. Os trabalhadores alinda não se organizaram em dois níveis, o regional e o global, concluindo-se, mais à frente, «ser insuficiente o controlo apenas ao nível de empresa pelo que deve ser integrado exigindo-se uma estrutura de controlo a todos os níveis, evitando-se a divergência de controlos paralelos».

Após considera-se «importante a definição de medidas urgentes por parte do Estado», são enumerados os seguintes objectivos a curto prazo, do controlo da produção: «Anular a dependência externa, o de-



sempre e o agravamento da sabotagem externa e interna, desemprego e o agravamento da sabotagem externa e interna», considerando-se objectivos a longo prazo, a criação de condições para os trabalhadores controlarem toda a economia nacional.

Quase a terminar salienta-se que «os quadros técnicos devem tomar consciência da força criadora da classe operária e camponesa indo até a seu seio e colhendo ensinamentos que transmitirão à outros técnicos e aos próprios operários e camponeses».

Quanto à 3.ª Secção, «a formação dos quadros técnicos», constata-se que «a urgência da satisfação das carências primárias das populações impõe um total aproveitamento dos quadros técnicos, devendo para tal serem estabelecidas desde já directrizes de actuação que tenham em vista o planeamento global já referido», considerando-se «imperiosa a regionalização dos quadros técnicos» e «urgente reformular o ensino de forma a adaptá-lo às exigências do processo revolucionário pondo-o inequivocamente ao serviço das classes trabalhadoras».

«As hierarquias apareçam muitas vezes como representantes do capital, donde o seu isolamento dos restantes trabalhadores», diz-se no início das conclusões da 4.ª Secção, declarando-se, logo em seguida, que «o critério de estabelecimento das hierarquias nem sempre foi o da competência profissional. Estas eram, muitas vezes, constituídas na base do compadrio, comprometimento com o regime fascista e competência repressiva».

Como critérios de saneamento apontam-se as seguintes pontas: comprometimento com as estruturas repressivas do regime fascista, prebendalismo, corrupção, incompetência e sabotagem. Após serem referidos os ataques que têm sido feitos aos quadros técnicos e a consequente fuga que daí advém «considera-se que devem os sindicatos e as Organizações Unitárias de Trabalhadores desenvolver esforços para que se encontrem as formas de ultrapassar e resolver as dificuldades atrás apontadas, no reforço da unidade de todos os trabalhadores».

Durante o Encontro foram ainda aprovadas 4 mocções, designadamente, pela libertação dos milhares de antifascistas presos no Chile, de apoio ao C. S. R., Presidente da República, Primeiro-Ministro e Assembleia de Delegados do M. F. A., de adesão ao processo revolucionário em curso «ao lado dos restantes trabalhadores», e de apoio «às linhas programáticas propostas pelo M. F. A. no seu documento-guia para a estruturação e aliança Povo-M. F. A.».

«A tarefa das Comissões de Controlo Operário está no início, entre nós. Estamos a começar, mas que elas tomarão, rapidamente, uma grande importância e se multiplicarão abrangendo todos os ramos de produção» — contou-nos Alberto Carreira, que se prestou a falar ao nosso jornal, sobre o estado de preparação do Controlo Operário, que ele mesmo dirige, com a colaboração de dois jovens camarádas, Luis Medeiros e Hipólito Barros.

Este estádio, promovido e estruturado pelo Sindicato Económico do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas de Lisboa, tem merecido a maior atenção de muitos outros Sindicatos e entidades oficiais, como o próprio Ministério da Indústria e Tecnologia.

«O controlo operário — começou por dizer o camarada Carreira — é absolutamente imperativo. Estamos numa fase de transição para o socialismo. O patronato capitalista deve, e continua a dar provas, mais do que suficientes, de total inaptidão para admitir uma colaboração dos trabalhadores na empresa. Diríamos mesmo, que os trabalhadores portugueses foram totalmente afastados da actividade de gestões das empresas. Ora, é mais evidente, que não podemos deixá-las confiadas ao capital. Tem um princípio fundamental, que é também, para nós, uma meta: os bens de produção têm que ser propriedade da colectividade. E ainda sobre a importância, com que se põe o problema do controlo operário, contou Alberto Carreira: «Temos conhecido vários casos de sabotagem económica, que partem única e exclusivamente do patronato, e outros muitos não chegam a ser um facto, pela vigilância e sentido de responsabilidade dos trabalhadores».

«É missão histórica do Proletariado entender o Capitalismo»

Os trabalhadores não se encontram efectivamente preparados, para travar toda uma luta de

CONTROLO OPERÁRIO: UMA NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO

pitais, montada e programada para toda a espécie de «truques» — «Pensamos neste estágio — referiu o camarada — como uma maneira concreta de ajudar os trabalhadores, dando-lhes uma cultura económica geral, e indicando-lhes o caminho a seguir, para se poderem informar e actuar. É que não podemos esquecer, que Portugal está dominado por um regime ferreamente capitalista e que, dos trabalhadores, que explicará, futuramente, o balho».

O estágio — «ensaboadela» rápida

O estágio «Iniciado ao Controlo Operário», que teve início no dia 14 de Julho, prolongando-se pelo espaço de uma semana, (a entrevista é de 17 de Julho, precisamente a meio do estágio) conta com a participação de 13 trabalhadores, de entre quase uma centena de inscritos, número este que explicará, futuramente, outros estágios.

«A primeira palavra ao entrevistado: «Alguns deles são delegados sindicais, outros fazem parte de comissões de trabalhadores e outros, nem uma coisa nem outra. No entanto, com o 7.º ano ou a 4.ª classe, temos notado da parte deles um interesse firme, uma extraordinária atenção às palestras».

«Uma semana apenas permite uma rápida «ensaboadela», mas pensamos que os trabalhadores ficarão a saber perguntar o que lhes interessa no âmbito da empresa, mantendo-se eles em

contacto com o Sindicato, fôa aberto campo para a resolução de muitos problemas».

«Devo ainda salientar, que o estágio tem sido extremamente útil, tanto aos estágiários, como a nós próprios, pelo que ele significa de relações humanas e troca de experiências a nível empresarial».

Necessidade do «controlo operário» — nocões de economia geral — economia da empresa — contabilidade — reconversão das empresas — estudo dos produtos e nacionalizações — são alguns dos «temas-base» abordados no estágio. Dentro de uma perspectiva da empresa, como célula elementar da economia, os trabalhadores são alertados para problemas de sabotagem, técnicas da previsão (produção-consumo), facturação, desvio de fundos e movimentação de contas bancárias.

«Fazemos o «impossível» numa semana» — disse o camarada Carreira, que continuou: «estamos num verdadeiro leste a nós próprios e ao curso, e esperamos as achegas dos participantes para, eventualmente, o melhorar e corrigir».

O controlo é uma atitude revolucionária!

Alberto Carreira falou do controlo como um imperativo para todos os trabalhadores revolucionários e acrescentou, com especial ênfase, que a iniciativa das comissões de controlo deverá ser imposta, ate com a força das massas trabalhadoras.

«A questão do controlo — afirmou o camarada — põe-se em

termos muito diferentes entre as empresas nacionalizadas e as não nacionalizadas. Nestas, o controlo tem que ser imposto. Tal tarefa seria facilitada, se os sectores administrativos colaborassem, mas o que se verifica, salvo raras excepções, que as há, é que os sectores administrativos estão muito mais perto, quando não comprometidos, com os patrões, do que os operários. A vigilância não é um termo capaz de exprimir cabalmente a complexidade própria do controlo operário pois controlar é, por vez activa, é ser parceiro executivo nas opções da empresa».

«O camarada do Sindicato dos Químicos, ilustra a conversa com o caso de uma empresa, que tem um armazém em França, através do qual recebe matérias-primas. A referida empresa nunca forneceu nada para lá pois, o patrão acaba de fazer uma encomenda para esse armazém, com a indicação de que a mesma deve ser facturada em Portugal. Ora, neste caso, um caso destas levadas suspiradas de transferência encapota de dinheiro para o estrangeiro».

«Uma empresa — refere o nosso interlocutor — não pode fazer investimentos, sem um controlo efectivo das comissões de controlo operário, pois esses investimentos podem esconder posições de sabotagem. O mesmo se aplica aos fornecimentos ao estrangeiro, que não significam uma entrada de fundos, no valor da mercadoria».

«Condenamos directamente no processo produtivo; é assumindo acréscidas responsabilidades no executivo das empresas; é cambalhoteio de modo de produção e decidido, para a Integral direcção da economia, que os trabalhadores se condão o País para o que leva ao socialismo, único modo de atingir a suficiência material e a justiça social» (da introdução ao estágio).

Alberto Carreira empenhou-se, revolucionariamente, em despertar e conduzir os trabalhadores no cerco ao capital. Alberto Carreira é a experiência revolucionária de um economista, de cabelos grisalhos, ao lado dos trabalhadores.

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

SAUDAÇÕES DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Não só as organizações nacionais enviaram as suas saudações às congressistas portuguesas. Também organizações sindicais internacionais fizeram chegar ao Congresso as suas mensagens. Assim enviaram as suas saudações a Central Trabalhadora Cuba; C.U.T. (Chile); Federação dos Sindicatos Livres (Vietnam do Sul); Confederação Geral do Trabalho do Peru; Conselho Central Sindicatos Búlgaros; F.D.G.B. — República Democrática Alemã; Federação Sindical Mundial — F.S.M.; Conselho Central Sindicatos Checos; Confederação Geral do Trabalho — C.G.T.; França: União Nacional dos Serviços Públicos da Federação Sindical Mundial (F.S.M.); Trabalhadores Viena e ex-comitê Conselho Central Sindicatos Soviéticos; União Internacional dos Sindicatos de Alimentação e Bebidas; Hotéis e Restaurantes — F.S.M.

de alguns dos telegramas enviados por essas organizações internacionais.

CENTRAL DOS TRABALHADORES DE CUBA

«Camaradas delegados primeiro Congresso Nacional Intersindical Nacional»

A Central dos Trabalhadores de Cuba e os seus 23 sindicatos nacionais fazem-vos chegar os nossos fraternal abraços por ocasião da celebração importante e transcendente reunião classe operária portuguesa que é o primeiro Congresso Nacional da Intersindical. O Movimento Sindical Cubano segue com voracidade atenção e fraternal solidariedade o desenvolvimento processo revolucionário da vossa pátria. A classe operária cubana faz interpeção dos princípios internacionalismo proletário sente viva simpatia pelos esforços que desenvolvem a classe operária lusitana para torjar bem estar futuro, sem exploração capitalista, a paz e segurança de todo

o povo. Sabemos dos esforços dessa organização irmã fortemente empenhada garantir futuro livre, paz, independência. Desejamos êxitos e adopção decisões estarem certos servirão a fortalecer unidade de classe operária e trazar linhas de acção consignam libertários exploração homem e do domínio dos monopólios e empresas multinacionais fazendo avançar ainda mais processo revolucionário português»

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DO CHILE (C.U.T.)

«Expressamos nosso apoio pela luta da classe operária e do fortalecimento do processo revolucionário. Desejamos o maior êxito ao vosso Congresso. Viva a amizade dos trabalhadores do Chile e Portugal. Viva a Intersindical de Portugal, fraternalmente»

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO VIETNAME (HANOI)

Trabalhadores e Sindicatos do

Vietnam segue com grande entusiasmo situação de tensão em Portugal e contra-revolução da nação perante atos de sabotagem da Revolução pelo Partido Socialista e Forças reacţionárias portuguesas.

Saudamos declaração da Intersindical Portugal chamando trabalhadores e povo português a combater decididamente todos os actos e contra-revolução das forças reacţionárias portuguesas. Expressimos simpatia e apoio pelas medidas actuais tomadas pelo Conselho Revolução Portugal para impedir actos contra-revolucionários citados. Temos firme convicção que a luta da classe operária Movimento das Forças Armadas Governo e outras Organizações democráticas e progressistas de Portugal sabendo lutar até ao fim causa revolucionária do povo português.

Saudações solidariedade militante.

abravica



O DESBLOQUEAR

Entrevista com

Blasco Hugo Fernandes

Quando largas massas de trabalhadores agrícolas se mobilizam para a ocupação das terras, concretizando na prática a palavra de ordem da «Terra a quem a Trabalha», expropriando justamente aqueles que durante anos os exploraram — a Reforma Agrária tem sido bloqueada. Só recentemente e com as decisões do Conselho de Ministros o desbloqueamento começou.

Mas este desbloqueamento será suficiente para que os direitos dos que trabalham os campos sejam satisfeitos?

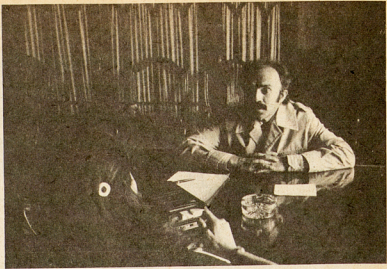
E o que é na verdade a Reforma Agrária? Processar-se-á ela da mesma maneira nas zonas do latifúndio e do minifúndio? E os pequenos e médios agricultores, qual o seu papel?

Para dar resposta a estas e outras perguntas entrevistámos o eng. Blasco Hugo Fernandes, desde há muito ligado aos problemas dos trabalhadores agrícolas.

DA REFORMA AGRÁRIA

«ALAVANCA» — Quais os problemas que neste momento se colocam à agricultura em Portugal:

Blasco Hugo Fernandes — Como nós sabemos o problema da agricultura tem vindo a arrastar-se ao longo do tempo como herança recebida do passado em que propriamente a estrutura agrícola dificultava todo o progresso do sector. Podemos de uma forma muito rápida dizer que a nossa agricultura no contraste entre minifúndio que impede que os pequenos e médios agricultores consigam formas de evolução económica social e cultural cada vez mais avançadas e em contrapartida uma larga zona dominada pelo grande capital agrário e latifundiário. Ora são estas contradições sociais e económicas que têm impedido o progresso do sector agrícola e a indústria, o próprio desenvolvimento industrial do País. É neste contexto que se insere a urgência da Reforma Agrária. Esta, em linhas gerais, pode ser caracterizada da seguinte maneira: o eliminar o mais rapidamente possível o poder económico-social e consequentemente o político que reina nos campos, e que está neste momento ainda nas mãos dos grandes agrários e, por outro lado, dar condições economi-



cas e sociais aos pequenos e médios agricultores para efetivamente, reunirem condições para que possam progredir duma forma firme estável e crescente.

-A- Como é que isto deve passar à prática?

B. H. F. — Liquidando os latifúndios e, inclusivamente, nacionalizando não só os latifúndios como as grandes explorações capitalistas, e constituindo, nessas áreas nacionalizadas, empresas de tipo cooperativo com pequenos e médios agricultores, com assalariados agrícolas e, em certos casos, inclusivamente, empresas estatais.

EMPRESAS ESTATAIS E COOPERATIVAS

Principalmente nas áreas que pertencem ao próprio Estado (posto que existem neste momento já áreas pertencentes ao Estado) haveria que ter a precaução e a objectividade suficiente para que se constituíssem empresas estatais, porque qualquer outro tipo de empresa seria um recuo em relação à própria evolução das forças produtivas existentes já dessas zonas. Em todas as restantes áreas, nomeadamente do latifúndio e da grande exploração capitalista nacionalizada a partir principalmente de determinada área, haverá que constituir empresas de tipo cooperativo. Aqui poderíamos dividir em dois campos distintos: nas zonas onde se põem problemas de pequenos agricultores onde eles têm, digamos, uma certa "fome de terra", onde a própria insuficiência da terra lhes impede de progredir económica e socialmente poder-se-iam constituir Cooperativas de Pequenos e Médios Agricultores, com apoio das Ligas de Pequenos Agricultores. O caso de cooperativização, neste caso, vai depender, certamente, da própria aspiração, da própria reivindicação dos pequenos e médios agricultores. Como nós sabemos, as cooperativas têm diferentes graus de colectivização que estão condicionados ao desenvolvimento das forças produtivas e, inclusivamente, à própria aspiração das massas trabalhadoras. Os pequenos e médios agricultores, em muitos casos, já estão mentalizados para começar obter as cooperativas de pequenos e médios agricultores em que eles sejam, vamos lá, cooperadores recobando, fundamentalmente em função de trabalho na cooperativa. Noutros casos, mais concretamente no Norte, as coisas poderão ser, naturalmente diferentes como veremos mais à frente.

COOPERATIVAS DE ASSALARIADOS AGRÍCOLAS

No caso dos operários agrícolas, e até porque já são assalariados, as empresas que devem ser constituídas deverão respeitar as etapas em que eles já se encontram. Ora o colectivo de produção a estabelecer-se nesses casos será sempre a partir da situação aos que já estão, portanto, feitas as amortizações e fundos de reserva para esse colectivo de produção e pagos os salários, a produção passa a pertencer ao Estado.

ZONAS DE MINIFÚNDIO

Nas zonas de minifúndio onde há praticamente a escassez de área e em muitos casos, o sentimento da propriedade da terra muito arreigado no pequeno produtor, a Reforma Agrária (que também engloba as zonas da pequena produção, dos pequenos e médios agricultores) respeita integralmente os direitos dos pequenos e médios agricultores.

A Reforma Agrária não prejudica os interesses dos pequenos e médios agricultores. Isto convém ficar muito bem assinalado, porque a reacção tem estado a espalhar o boato de que a Reforma Agrária é apropriada o pequeno e médio agricultor, que tira a terra, e os meios de produção, ficando ele sem os fundos de subsistência de que carece. A Reforma Agrária não é nada disso. A Reforma Agrária só deslenda e põe profundos no explorador do povo português; ora, o pequeno e médio agricultor não foi, nem é, o explorador, pelo contrário, é explorado directa ou indirectamente por aqueles que têm nas suas mãos o poder económico, ou seja o grande agrário; os pequenos não têm nada a dizer com a Reforma Agrária, mas só devem esperar dela melhores dias.

-A- Como se irá processar a Reforma Agrária para os Pequenos e Médios Agricultores?

B. H. F. — A partida, a Reforma Agrária já pôs em prática créditos aos pequenos e médios agricultores, concretizado na concessão de adubos, de sementes, de produtos para as curas, produto equipamento para poderem arranjar para uma actividade produtiva e não estarem na contingência, na dependência da obtenção desses produtos.

Outro ponto que foi posto em prática foi o preço do milho, da carne e do leite, tendo em conta os interesses dos pequenos e médios agricultores. No entanto, outras medidas muito importantes, a Reforma Agrária não pode esquecer em atenção ao pequeno e médio

agricultor; é o caso da garantia de compra dos produtos produzidos a um preço também previamente conhecido, para o pequeno e médio agricultor, no início da campanha agrícola. Isto, como digo, faz parte da Reforma Agrária, apesar de neste momento ainda não estar concretizado com esta amplitude, com esta generalização a todos os produtos, como seria de desear, no entanto isto foi posto em prática para dois ou três produtos, como se viu. Há só que incentivar, que reivindicar, para que estas medidas sejam generalizadas da forma mais ampla possível em benefício dos pequenos e médios agricultores de todo o País. Esta é a primeira medida da Reforma Agrária que permite resolver os problemas graves e imediatos do pequeno e médio agricultor.

-A- Mas isto não resolve todos os problemas dos Pequenos e Médios Agricultores porque?

B. H. F. — Porque, precisamente, eles têm uma área muito escassa, têm uma capacidade económica muito enveredando para formas mais avançadas de produção, para utilizarem novas técnicas, para utilizarem novos meios de produção, para utilizarem, inclusivamente, até os conhecimentos técnicos a científicos. Claro que isso não é possível enquanto eles forem isolados.

Então qual é a maneira de se vencer esta barreira?

A maneira de vencer essa barreira é a constituição na zona de onde eles possam, através da adesão a essas cooperativas, ter a porta aberta para utilização de técnicas e de meios de produção que permitam produzir a baixos custos de produção, com mais benefícios económicos e sociais para todos eles.

Estas cooperativas é conveniente também salientar, têm de respeitar os interesses dos pequenos e médios agricultores e a elas aderem, isto é, se elas aderem, por exemplo, numa forma cooperativa onde quero ver respeitados os direitos que têm sobre os meios de produção. Assim, a cooperativa terá de ser constituída, no entanto, com a própria dinâmica do processo, com a própria dinâmica da evolução da cooperativa, serão os próprios agricultores que aderirem que nas suas Assembleias Gerais irão determinar a forma de modificação da mesma. Portanto, aqui também as cooperativas à medida que forem sendo constituídas, não lesam os interesses dos pequenos e médios agricultores. De resto salientaremos ainda que para essas cooperativas os pequenos e médios agricultores entram voluntariamente quer do quiserem e como quiserem e, dentro delas há aquilo a que se chama democracia cooperativa. Assim todos os agricultores, como cooperadores que são, nas suas Assembleias determinam as normas por que se regerá a cooperativa. A constituição destas cooperativas é a segunda fase da Reforma Agrária para esses pequenos e médios agricultores.

-A- Como se processa o Crédito aos pequenos e médios agricultores?

B. H. F. — O Crédito aos pequenos e médios agricultores é, neste momento, por assim dizer, um direito do pequeno e médio agricultor, concretizado por decreto-lei. Ao nível regional temos notícia de que a concessão de crédito, muitas vezes, não chega ao pequeno e médio agricultor, não quem faça constar que, por exemplo, o pequeno e médio agricultor que utilize um assalariado agrícola de vez em quando, ou mesmo de uma forma mais ou menos permanente, pelo facto de ter esse assalariado, não tem direito a crédito, visto que, segundo se procura erradamente divulgar, só quem explora a terra exclusivamente com a mão-de-obra do próprio agricultor ou do seu agregado familiar é que tem acesso a ele. Isso não corresponde à verdade. É uma interpretação abusiva do que está estabelecido concretamente. O pequeno e médio agricultor tem que ter conhecimento e consciência perfeita de que o crédito é para os empresários familiares.

-A- O que são os empresários familiares?

B. H. F. — São aqueles que exploram a terra directamente ou com a ajuda do agregado familiar, ou mesmo aqueles que, explorando directamente a terra com a ajuda do agregado familiar, também utilizam mão-de-obra assalariada em número reduzido, e de vez em quando.

CONCESSÃO DE CRÉDITO

A concessão deste crédito faz-se através das Comissões Liquidatórias das Grâmias. Sempre que um pequeno e médio agricultor tiver um crédito deve dirigir-se a essas Comissões Liquidatórias ou ate ao próprio Instituto de Reorganização Agrária (I. R. A.) da Região.

Pode acontecer, por vezes, que as Comissões Liquidatórias não atendam os interesses dos pequenos e médios agricultores.

Qual é então a melhor forma de romper com esta barreira?

Bom, agora já estamos a entrar no tal desbloqueamento da Reforma Agrária, tema desta conversa. É fundamental que os pequenos e médios agricultores se organizem em Ligas, que é no fundo a sua organização de classe. Onde elas já estão organizadas é necessário que se proceda à reivindicação dos créditos a que os pequenos e médios agricultores têm direito. Isto porque quando o crédito, assim como outras medidas de Reforma Agrária, não são postas em prática, como está previsto e legislado, é absolutamente indispensável que as organizações de classe, onde elas já existem, intervenham no processo, para justas reivindicações dos trabalhadores do campo.

Isto também acontece com o próprio crédito em dinheiro, em que muitas vezes esbarram com uma dificuldade.

«A» — Qual é a dificuldade ?

B. H. F. — A dificuldade é a das Instituições Bancárias, pois pode por exemplo o gerente, ou o responsável pela decisão sobre o crédito a nível regional, serem ainda pessoas que, ou estiverem comprometidas com o regime anterior ou então, não se identifiquem com o processo revolucionário do nosso 25 de Abril. Há que desbloquear isto. Ora são as Ligas e os Sindicatos que fundamentalmente devem alertar as entidades oficiais, as entidades bancárias, e os próprios sindicatos bancários, no sentido dessas pessoas serem substituídas por outras, que estejam ao serviço da Revolução, ao serviço da Reforma Agrária, ao serviço das medidas democráticas e socialistas para o sector agrícola.

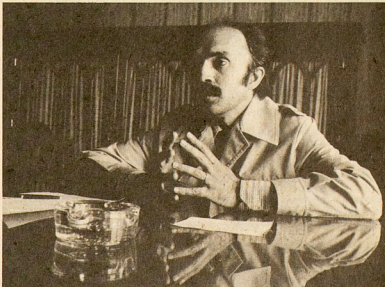
«A» — E o I. R. A. não terá de passar também por esse saneamento ?

B. H. F. — As notícias que nos chegam através da reivindicação dos prêmios sindicais e Ligas é que em muitos locais da Região de Reforma Agrária ou outros órgãos que interferem nela directa ou indirectamente (instituições de crédito, por exemplo) existem ainda pessoas, algumas nomeadas recentemente, que não estão identificadas com o nosso processo revolucionário, não estão identificadas, nem estão interessadas no avanço da Reforma Agrária e das medidas revolucionárias. Isto constitui quanto a nós, uma espécie de paralisação das medidas revolucionárias para o sector agrícola, como é o caso da Reforma Agrária. Esta paralisação implica necessariamente o travar da Reforma Agrária, o travar do progresso do sector, o travar inclusive a colocação deste ao serviço das classes mais desfavorecidas, ao serviço das classes trabalhadoras. Ora isso pode significar a curto ou a longo prazo a instauração da contra-revolução nos órgãos da Reforma Agrária. E há que estamos muito alertados para esse facto, é necessário desbloquear a Reforma Agrária, é necessário colocar pessoas que tenham «passo certo» com as medidas e com o movimento do 25 de Abril. Em resumo, o conjunto destas medidas já anunciadas aqui nesta conversa visam o pequeno e médio agricultor (crédito em natureza ou em dinheiro, constituição de cooperativas de pequenos e médios agricultores para a zona de minifúndio) assim como os operários agrícolas (meios às suas coope-

rativas ou outras unidades colectivas). Portanto, o desbloquear dessas medidas, o desbloquear da Reforma Agrária, liga-se muito de perto, com a participação nesses órgãos das organizações representativas dos interesses dos pequenos e médios agricultores e operários agrícolas, logo, a participação das Ligas e dos Sindicatos para desbloquear todo este processo é fundamental. De resto, é com estranheza, por exemplo, que a própria lei da Reforma Agrária, que já está aprovada, não tenha tido, a avaliar pelo que foi noticiado nos jornais, a participação na sua elaboração das Ligas e dos Sindicatos.

É possível que encontremos quando ela for publicada, algumas limitações. Para já é de estranhar que tenha começado apenas por Setúbal, pelo menos por aquilo que foi anunciado em jornais. Nós bem sabemos que naturalmente depois, as medidas irão avançando para outros distritos, mas existe um certo e justo descontentamento nos distritos ainda não contemplados (como é o caso de Évora, Beja e Portalegre) e, no fundo, têm sido os pioneiros da Reforma Agrária no País.

É necessário que se ponha em prática, o mais rapidamente possível, a aplicação para Beja, Évora, Portalegre e todos os outros distritos que não fique somente no distrito de Setúbal, como parece ter sido o caso, da tal pontuação já estabelecida. Isso pode gerar um certo descontentamento. Essa limitação traduz-nos um certo bloqueamento, temporário é certo, para os distritos para os quais esta pontuação não



foi posta em prática. E este descontentamento, este bloqueamento é necessário que seja vencido com o maior rapidez possível. Isso é da maior justiça para os trabalhadores do Alentejo. Isso faz parte da nossa Revolução.

«A» — Como é que isto foi possível ?

B. H. F. — Quanto a nós, se isso na verdade se passou assim, deve-se sobretudo à não participação das Ligas e dos Sindicatos na elaboração da lei da Reforma Agrária. No futuro, é necessário que se encare o trabalho de gabinete em íntima relação com as massas populares devidamente organizadas, ouvidas através das suas organizações de classe. De resto, a própria pontuação é capaz de ser um processo um pouco complicado para as massas trabalhadoras. As massas trabalhadoras precisam de uma linguagem que lhes seja mais acessível; o estabelecimento da pontuação que, vai com certeza, tanto quanto é possível prever ter em conta as culturas já existentes, as próprias características das diferentes áreas do País, as características globais, totais, ao nível de concelhos, freguesias, etc., mesmo que acertado, deve ser posta, em linguagem simples, a linguagem do trabalhador, do povo. A Reforma Agrária é para ele.

«A» — Nas áreas submetidas à Reforma Agrária, áreas de latifúndio e grande exploração capitalista, qual será a medida mais apropriada? Essas áreas serão indemnizadas ?

B. H. F. — Quanto a nós, a Reforma Agrária é, na sua essência, a liquidação do latifúndio e do grande monopólio da terra nas mãos de uma minoria. E a concessão da terra e a reorganização das explorações em termos de os trabalhadores da terra serem de facto os únicos beneficiários da produção de todo o sector agrícola. Nas medidas previstas põe-se sempre a questão: expropriação ou nacionalização? Esta questão liga-se muito a um problema que, naturalmente, irá ser posto a muito breve espaço de tempo. Se vai ou não haver indemnização para os grandes latifundiários quanto a Reforma Agrária tocar as suas áreas. Quanto a nós, a indemnização deverá ser completamente posta de parte. Não há razão nenhuma para que haja indemnizações.

Os grandes proprietários têm sido os únicos que beneficiaram das obras feitas à nossa custa, na medida em que tiveram a possibilidade de, pela valorização das suas terras, aumentarem as rendas a quem as arrendavam. As rendas subiam de uma forma extraordinária, os grandes proprietários eram os principais beneficiários explorando os rendeiros e o Povo nunca beneficiou. Justificá-se, pois, que reverta para o Povo português aquilo que lhe é devido.

REVISTA

O DESBLOQUEAR DA REFORMA AGRÁRIA



Na zona do grande latifúndio e da grande exploração capitalista também não há razão para indemnizações pelas mesmas razões já apontadas.

«A» — Na leitura da Lei da Reforma Agrária prevê-se a participação e a consulta das Ligas e dos Sindicatos?

B. H. F. — No que diz respeito à lei da Reforma Agrária, não sei se se prevê a participação e a consulta das Ligas e dos Sindicatos. Ela parece-me essencial. Embora nos Concelhos de Reforma Agrária esteja prevista a designação de delegados da Liga e Sindicatos, é necessário que haja permanente contacto desses conselhos com as respectivas Ligas e Sindicatos. São as Ligas e os Sindicatos que a nível local de-

de salários. Isto resulta na prática, que os salários não são pagos na devida altura, ou não são mesmos pagos, porque o dinheiro pedido foi canalizado para um fim completamente diferente. Há que controlar a concessão de crédito para esse efeito através dos Sindicatos. Quando um crédito for pedido para esse efeito, para evitar desvios, que muitas vezes podem até comprometer a própria economia nacional, pode ser entregue aos Sindicatos que por sua vez farão o pagamento dos salários aos trabalhadores.

«A» — Qual o critério da concessão do crédito?

B. H. F. — Temos de ter muito em conta o critério unitário. Parece-me importante que não haja favoritismo de espécie alguma. Sempre que um colectivo de produção através da participação organizada dos Sindicatos e das Ligas seja constituído e, portanto, corresponda na realidade à transformação do mundo rural, transformações essenciais no âmbito da Reforma Agrária como têm sido os casos destes colectivos de produção controlados pelos Sindicatos pelas Ligas parece-nos que o apoio a dar, deverá ser, de facto, completo, sem favoritismos nem parzialitàs.

Pode cair-se no erro de querer projectar-se mais esta ou aquela cooperativa, que tenha sido desencadeada por este ou aquele núcleo, por esta ou aquela zona, ou esta ou aquela região. Parece-nos que isto tem de ser posto de lado, que isto tem de ser vencido.

UNIDADE DOS TRABALHADORES

Quando falei na unidade dos trabalhadores do sector agrícola, tive em mente focar um aspecto essencial. E que todo esse processo da Reforma Agrária, cujo avanço se reflecte em vários sectores, económicos, sociais, políticos, é uma luta. Por muito bo que seja uma lei o processo não se faz de um momento para o outro, vaise fazendo, e vai sendo sempre uma luta e uma batalha. Nesta batalha, as forças conservadoras e reacionárias procurarão entavar o processo através das mais diversas manobras, e nós, que temos a consciência de dividir os trabalhadores entre si, e dividir os próprios operários agrícolas dos pequenos e médios agricultores. Procurarão voltar operários

Entrevista com

Blasco Hugo Fernandes

verão ter o processo da Reforma Agrária na mão, deverão estar perfeitamente habilitados a participar nela em todas as medidas. De outra forma corre-o risco de a lei ser estabelecida a partir de um gabinete, ou determinada mesmo a nível distrital, sem a devida implantação popular tal como deve ser toda a Reforma Agrária.

De resto esta finalidade pode ter neste momento uma grande possibilidade de concretização.

Segundo as últimas decisões da Assembleia do Movimento das Forças Armadas em que na verdade foram estabelecidas medidas que dão progressivamente o poder às massas populares organizadas, julgo que estamos no bom caminho para a concretização daquela finalidade. É necessário que as Assembleias Populares de moradores e as classes trabalhadoras se organizem o mais rapidamente possível para que tenham a devida participação em todos os níveis: nível de elaboração das medidas da Reforma Agrária, da sua execução e até do próprio controlo.

E através desta forma organizada que estas medidas a serem implantadas, corresponderão, na verdade, aos anseios e aos interesses das massas populares.

«A» — E relativamente ao crédito e apoio aos Sindicatos dos operários agrícolas, para a sua luta pela Reforma Agrária?

B. H. F. — Como nós sabemos, já há algumas cooperativas ou colectivos de produção controlizados pelos próprios operários agrícolas. Os operários agrícolas organizados em colectividades da produção e os pequenos e médios agricultores têm tido algumas dificuldades de crédito. É necessário que se tomem medidas convenientes para que esses colectivos de produção tenham os créditos devidos e os apoios convenientes para que até ao fim da campanha, as suas dificuldades não cresçam, e até não comprometam todo o seu trabalho, todo o seu esforço, em benefício fundamentalmente da economia nacional. Ora eles têm feito todos os sacrifícios possíveis, é justo portanto que não lhes falte o apoio que precisam — o crédito para as diferentes operações.

SUBSOTAÇÃO ECONÓMICA

Por outro lado existe ainda uma medida que não se pode dizer que esteja dentro do quadro da Reforma Agrária mas que no entanto não a podemos ignorar: são concretamente problemas de pagamentos de salários. Acontece que grandes agricultores recorrem às entidades de crédito, às entidades bancárias pedindo créditos para pagamentos de salários, e muitas vezes não são canalizados para o efeito mas sim para outros fins que não têm nada a haver com o pagamento



agrícolas contra pequenos e médios agricultores. Embora tenham sempre presente que o processo da Reforma Agrária é um processo em que o motor é a classe operária do sector, esse motor deverá estar sempre em íntima unidade com o pequeno camponês. Será esta unidade que criará as condições para a concretização das medidas justas, verdadeiramente revolucionárias no campo na Reforma Agrária. Esta unidade deverá ser inquebrantável e terá que se impor contra todas as manobras da reacção. Esta unidade, à medida que se concretizar, será o grande triunfo da vitória das classes trabalhadoras.

FALSAS COOPERATIVAS

Esta unidade é essencial para tudo isto que acabei de dizer e também para combater uma outra manobra que já existe para travar o processo da Reforma Agrária. Estou a falar concretamente nas falsas cooperativas de já há notícias, e tentativas de concretização, Aparecem cooperativas formadas entre os trabalhadores e os respectivos agricultores, por iniciativa, muitas vezes destes agricultores.

No fundo seria uma cooperativa que conciliaria capital-trabalho e nessa medida é uma falsa cooperativa. Seria uma associação entre o capital e o trabalho, entre a classe exploradora e a classe explorada.

Uma associação deste tipo só beneficia a classe exploradora. É uma associação que procura salvar o mais possível os privilégios desta classe. Procura, portanto, furta-se à Reforma Agrária através de uma associação que tem o falso nome de cooperativa, apenas como fachada.

Tais cooperativas não interessam aos trabalhadores agrícolas, elas nada tem a ver com a Reforma Agrária.

«A» — Como combater então essas falsas cooperativas?

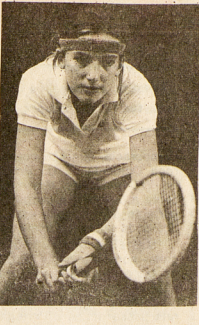
B. H. F. — Com a lucidez e com a intervenção permanente dos Sindicatos e das Ligas para que se denunciem essas situações: os próprios Sindicatos e as Ligas têm de tomar o processo na mão. Tudo isto através da luta unitária dos operários agrícolas, da luta unitária das organizações sindicais com as organizações de classe do camponês no combate a todas essas manobras da reacção.

Só através desta unidade dos operários agrícolas e dos camponeses se conseguirá servir os interesses das massas trabalhadoras do campo, dando um futuro digno ao pequeno camponês, oriando e fortalecendo as suas cooperativas, formando colectivos de produção de assalariados agrícolas, fortes e prósperos. Só através da unidade das classes trabalhadoras da agricultura se levará para a frente a Reforma Agrária — caminho necessário para um Portugal Livre, independente, rumo ao socialismo.



A MULHER SOMIÉTICA NO DESPORTO

Na U. R. S. S., quatro milhões de mulheres praticam desporto nos chamados «grupos de saúde».



Por **BORIS OLCHEVSKI** crítico desportivo da A. P. NOVOSTI

A protecção que, na União Soviética, é concedida à mulher permite-lhe afirmar-se, de forma plena, em todos os sectores, nomeadamente no plano desportivo. É assim que as desportistas soviéticas têm alcançado resultados éxitos em variadas modalidades desportivas, sem que isso afecte, de algum modo, a sua capacidade intelectual ou o seu rendimento profissional, antes se completando, harmoniosamente, a «femina» e o «corpo» de que falavam os latinos.

Pedagógica e Inessa Iauzeme (atletismo) é doutora em Ciências Médicas. Liudmila Turstcheva, campeã olímpica de 1972 e campeã mundial absoluta de ginástica terminou a Escola Superior com notas excelentes e, agora, prepara-se para defender tese sobre Psicologia do Desporto. Actualmente o desenvolvimento da cultura física é inimaginável sem a participação da mulher. Neste sentido, até um facto como a mudança do programa dos Jogos Olímpicos deve examinar-se, não num plano desportivo estreito, mas como o reflexo do processo geral de aumento do papel da mulher na vida da sociedade.

OLHÃO — MOTORISTAS, FRIJEIRAS E MARINHEIROS

(Continuação da pág. 4)

o alargamento de âmbito do citado C. C. T., seria publicada em 23 de Abril, o que mais uma vez, não se verificou.

A direcção do Sindicato desloca-se, novamente, ao Ministério do Trabalho, onde um representante daquele departamento governamental terá afirmado que a referida portaria seria publicada em Maio, o que também não se verificou.

«**Nas outras modalidades de pesca, sem ser a da sardinha, fim-se cumprido os C. C. T.**», disse-nos o camarada Fernando David. — «Embora para a pesca artesanal esteja ainda em estudo o projecto de C. C. T., o que se compreende, uma vez que o quem aplicar a nível nacional.

Para que compreendam bem alguns dos motivos porque os armadores não querem colaborar com o Sindicato, digovos que, por exemplo, na pesca artesanal, todas as despesas são deduzidas da campanha (óleo, gás, iscos, alimentação, etc.), não sendo, portanto, o patrão a pagar, mas s'm os trabalhadores.»

Alguns números que, só por si, nos dão uma imagem das quantias auferidas pelos armadores, nas lotas de Fuseta e Olhão, relativos ao produto da pesca artesanal, durante um ano.

Nome do barco

«Senhora da Orada»	6 808 3543
«São Marcos»	4 748 9238
«Triunfante»	4 116 8225

Esta lista é composta pelos nomes de 19 barcos que no final, apuraram a quantia de 58 961 914\$!

«**Não admira, pois, que os armadores não queiram alinhar em qualquer iniciativa cooperativista, proposta pelos trabalhadores do mar, o que implicaria, naturalmente, uma distribuição justa e equitativa do produto das pescas.**

O caso revela tanto mais ausência de espírito de classe, quanto consideramos que grande número de armadores foram, igualmente, pescadores.

UMA CLASSE INTERIOR

«**Por outro lado**» — adiantou o amigo João — «**Devido às péssimas condições de vida que sempre caracterizou a actividade dos pescadores e das indústrias adjacentes (conservas), a juventude anda arredada desta profissão. Como efeito, nunca destes bem pagos para o difícil e duro trabalho que fazemos, nunca tivemos espécies sociais de qualquer espécie e fomos sempre considerados uma classe inferior. Um homem que durante 50 anos trabalhou para a firma Tomé, Lda., em Olhão, recebeu, como reforma, uma libra em ouro e uma gratificação reduzidíssima. Em contrapartida o proprietário da firma adoufu, com o dinheiro que devia reverter para os trabalhadores, vários imóveis.**

A crise que se verifica na indústria piscatória, no Algarve, poderia vir a ser superada, no parecer dos camaradas que falaram para o «Avançada», se fossem adoptadas várias medidas, que permitiriam a reconversão racional daquela actividade profissional.

— Renovação da indústria conserveira, mecanizando-a.

«**A esta medida corresponderia a reabertura da grande parte das fábricas que, durante o regime fascista fecharam. Haveria, por outro lado, maior consumo e colocação do peixe pescado.**

— Criação de linhas de frio nos principais portos de desembarque do peixe. (Depósitos frigoríficos, barcos frigoríficos e camiões frigoríficos, para posterior distribuição ao País.

«**Criação destas unidades frigoríficas evitaria que, como acontece muitas vezes, no caso de num ou mais dias haver falta de sardinha, o mercado interno fosse recorrer ao peixe armazenado e congelado, evitando, assim, que haja necessidade de se recorrer ao mercado externo (importação), com a consequente saída de divisas. Também se evitaria ter de vender, a preços baixíssimos, peixe pescado há duas horas, para o fabrico de farinha, sendo ele tão necessário ao País.**

Fomentar a colocação no mercado externo das conservas de sardinha e anchova.

«**Promover a venda dessas conservas nos países de economia socialista. Já que os de economia capitalista não têm movido um peso «boicote». Incentivar internamente a exportação de conservas, à semelhança do que se faz em Espanha e Marrocos, onde é concedido um prémio de exportação.**

— Renovação e reestruturação das unidades piscatórias e das actividades paralelas (construção naval, estaleiros).

«**Durante o regime fascista, se um armador queria renovar a sua frota, o Governo só autorizava e**

1900 e eram apenas seis, entre 1006 desportistas. Passados 64 anos, em 1964, 32 mulheres, entre 5558 atletas, participaram nos Jogos. Aliás, na Olimpíada de Tóquio, havia seis modalidades desportivas «femininas» em Munique, oito e, em 1976, nos XXI Jogos Olímpicos de Montreal, haverá onze.

Dezassete milhões de mulheres na URSS praticam regularmente desporto. O seu número cresce constantemente, o que é possibilitado, em primeiro lugar, pela melhoria das condições de vida e de trabalho em Paris.

No URSS, as mulheres, juntamente com os homens, participam activamente no movimento desportivo, do qual se ocupam mais de 100 mil especialistas do sexo feminino: treinadores, médicas, árbitras e dirigentes de organizações de Educação Física.

Um grande número de mulheres empenha-se nas actividades pedagógicas científicas no sector do desporto. Entre elas, há 200 candidatas a doutoras em Ciências, 15 doutoras em Ciências e 64 professoras catedráticas. Entre os especialistas agraciados com o alto título de «Treinador Emérito da URSS», há 39 mulheres.

Entre as desportistas que, regularmente, participam das competições mais importantes do sector dos estudantes. As restantes praticam nos clubes desportivos das escolas superiores, das empresas

(Continua na Pág. 12)

construção de novas unidades, desde que as mesmas fossem idênticas, em tamanho e meios, as anteriores. Estes processos, afortunadamente, não se verificaram na pesca. Os próprios armadores, para não satisfazerem as reivindicações dos pescadores, alegam que 90 por cento dos seus barcos não fazem uma pesca compensatória, em virtude de estarem completamente desactualizados, para o tipo de costa e de pesca. Senão veja-se que as melhores traineiras da costa algarva são tão rejeitadas pelos pescadores do Norte do País!»

Estando as fábricas de conserva encerradas, as trocas pesqueiras decréscitas e anárquicas, o peixe a ter que ser vendido para o fabrico de farinha ou deitado ao mar, não havendo exportação, não se criando condições para o armazenamento e distribuição do peixe, mal irão, inevitavelmente, as indústrias da pesca e conservas.

Em Portugal, num Portugal novo e revolucionário, é necessário que se faça, como aconteceu em Cuba (e com que magníficos resultados), uma viragem ao mar, transformando a pesca numa riqueza nacional.

Facamos, em nós, e das palavras proferidas por Fidel Castro, em 1936: «**Não podemos estar de costas viradas para o mar, que dar-lhe a frente, e avançar no mar e criar essa consciência nos nossos jovens.**

«**Se assim for, não teremos mais Portugal de costas viradas ao mar, que o mesmo é dizer, teremos uma sociedade que os homens tenham a que todos os homens tenham a sua realização plena.**

ABRIL 1976

ALGARVE:

AGORA TAMBÉM É DE PORTUGUESES

O País está a registar a entrada de turistas estrangeiros apesar das sucessivas campanhas anti-portuguesas lançadas por essa Europa fora e nas quais, como se sabe, têm colaborado «forças nacionais» muito mais preocupadas com o passar lustrado às penas de pavão com que, ridículamente, se enfeitam, do que com a defesa da imagem do País.

Lamentávamo-nos, nos tempos do fascismo, da injustiça que, lá fora, pintava o retrato do povo português precisamente por nele entrarem tintas muito parecidas com aquelas que se usavam para apresentar o Governo fascista. No estrangeiro, indiscriminadamente, todos éramos colonialistas, assassinos de negros, fascistas de mão aberta e bem estendida como fizeram aqueles espanhóis velhos de bigode apalhadado e as suas mejeiras na manifestação antibasca de Barcelona.

O 25 de Abril, porém, nos termos em que se desenvolveu, não agradou ao reacçãoários internacionais, nem aos «raaccas» cá do burgo, que preferiam uma revolução palaciana no género de continuar a porcaria como cenário de novas moscas. Para continuar tudo na mesma não valeria de facto a pena ter, num dia de Primavera, madrugado um exército inteiro.

A revolução fez-se para se concretizar, não podia, por isso, receber o «mens» dos bispos reacçãoários, dos capitalistas e dos partidos que, ditos democráticos, o não parecem ser na hora das opções.

Para os contra-revolucionários, conviria que o País mergulhasse no caos económico, na fome e na discussão estéril à imagem e semelhança de uma Constituinte sem nível que despeja coisas banais em S. Bento, fazendo da Assembleia palco do mais acabado dos triunfalismos.

Se um político, um grupo de políticos ou mesmo um partido, para fazer vingar os seus pontos de vista, joga na campanha anti-Portugal, anti-povo, anti-MFA, proporcionando aos inimigos declarados da

Vieram os estrangeiros do costume * O «Paris Match» faz rir as pessoas * MIA... é do verbo miar

Democracia, que são quase todos os jornais da Europa Ocidental, E. U., Brasil, Venezuela, etc., matéria (normalmente desenfreadamente falsa) conducente a distorcer a imagem da nossa terra, julgo importante denunciar-se essa gente de forma a classificar-la de autêntica inimiga dos interesses nacionais.

Mas eu constatei, aqui no Algarve, que os «slorgans» constantemente repetidos (certas pessoas têm de facto muita falta de imaginação...) e as acusações monocórdicas já nosas conhecidas e lançadas no estrangeiro não deram resultado. As pessoas vieram passar férias à Portugal e como os trabalhadores portugueses, merced das suas conquistas no campo social, após 28 de Setembro e 11 de Março, possuem mais poder de compra, a mais meridional província portuguesa está em «plena estação».

O dono de um restaurante na Praia da Rocha dizia-nos, a propósito, que não se notava diferença de número de estrangeiros em relação, por exemplo, ao ano passado e que se registava, este Verão, uma inusitada invasão de portugueses, o que aliás lhe dava muita satisfação. Portugueses que tinham a mesma mesa que os estrangeiros, não se cobindo, na maioria, de gastar o dinheiro do subsídio de férias.

As praias do Algarve realmente têm, este ano, caras novas, mas nacionais, e, até este momento, de uma forma geral, nem sequer se podem considerar exagerados os preços praticados nos estabelecimentos, mercados, etc.

Eu, que vinha ao Algarve no tempo em que quase era obrigatório falar francês, inglês ou alemão, tenho observado, com renovado interesse e alguma emoção, a «invasão nacional» de que falou o meu amigo da Praia da Rocha. Não me consta que os nossos visitantes se tenham afastado por os filhos brincarem nas mesmas ondas e na mesma areia onde hoje brinca o portuguêsinho.

No entanto, as notícias sobre Portugal continuam a chegar lá fora deturpadas. Na esplanada da Praia da Albufeira, onde parei a gozar o fresco de uma noite sem vento, um casal de franceses lia, no «Paris Match» deste mês, um fascículo do rocambolesco «Caso Republica». Lá vinha, sob uma fotografia, uma legenda em que se dizia que «milhares postados de frente da porta do jornal, só deixavam entrar os trabalhadores que lhes exibissem o cartão do Partido Comunista».

Mas já nem aos franceses (pelo menos os que nos visitam) eles, os direitistas, conseguem enganar. Já há quem se ria em vez de acreditar. Aquela casual mostrou-se bastante céptico e por isso fez perguntas. É como o MIA, inscrição que aparece nalgumas paredes e apenas provoca o gozo ou a indignação das pessoas.

MIA do verbo miar. Mas não serão só os reacçãoários algarvios a miar, há mais «miais» para arranganhar os bigodes felinos na falta das habituais e fáceis pressas...

HOMERO SERPA

A MULHER SOVIÉTICA NO DESPORTO

(Continuação da Pág. 11)

a estabelecimentos. Mas, nos estádios soviéticos, frequentemente, podem ver-se mulheres com mais de 40 ou 50 anos, que não estabelecem recordes, mas, que, com grande constância, praticam o desporto, a fim de manter a saúde e a actividade. Em tais grupos de preparação física geral, ou como são chamados na URSS, «grupos de saúde», tomam parte mais de quatro milhões de mulheres.

Para os «grupos de saúde», foram elaborados programas especiais, que tomam em consideração a idade e o estado de saúde praticantes. Como regra, do seu programa desportivo fazem parte exercícios, natação, atletismo e jogos desportivos.

«Eis o que pensa, acerca das suas

aulas de educação física num «grupo de saúde», a ex-geneira, actualmente aposentada, Galina Zelnova:

— Já há diversos anos que pratico desporto, no Estádio de Lujniki, em Moscovo, e sinto mudanças favoráveis, pois baixei de peso, tornei-me mais forte, desapareceram a falta de ar e as palpitações do coração.

As praticantes em actividade pronunciam-se a favor do desporto, ainda mais firmemente:

— Cada vitória pessoal nas competições — diz Galina Kulakova, tricampeã, olímpica de esqui — dá uma enorme alegria, torna a pessoa feliz. A vitória dá confiança pessoal e mostra que grandes são as possibilidades de que cada um dispõe. Estou certa de que as mulheres alcançaram os maiores êxitos no desporto.



alavanca
SEMANARIO DA INTERSINDICAL
 Av. Duque de Loulé, 83-3.ª — LISBOA

BOLETIM DE ASSINATURA

Modalidade de assinatura: 6 meses (85\$00)
 12 meses (165\$00)
 (Riscar o que não interessa)

Nome

Morada

Profissão

Local de cobrança

O pagamento pode ser feito em cheque ou vale postal dirigido a «ALAVANCA».

UMA NOVA FORMA DE VIVER FÉRIAS

O DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE DA INTERSINDICAL acriu a uma iniciativa promovida pelo Turismo Estudantil denominada ALDEIA DA JUVENTUDE (Acampamento/Convívio da Juventude Trabalhadora e Estudantil que se realiza em Lisboa, na cidade Universitária de 15 de Julho a 15 de Setembro), que conta com o apoio de outras organizações juvenis nacionais e internacionais e do M.F.A.

Sob a consigna «UNIDADE E SOLIDARIEDADE ANTI-IMPERIALISTA, A PAZ E A AMIZADE» a ALDEIA DA JUVENTUDE tem, entre outros, os seguintes objetivos:

- 1.— Proporcionar a prática do convívio e intercâmbio entre a juventude trabalhadora e estudantil, promovendo a sua unidade e melhor conhecimento mútuo;
- 2.— Despertar uma nova forma de aplicação dos tempos livres, nomeadamente no período de férias, com base nas necessidades e aspirações sociais, culturais, desportivas e recreativas da juventude;
- 3.— Promover o conhecimento de realidades diferentes, particularmente com os jovens da província, e entre estes, os de menor capacidade económica, contribuindo para a quebra do isolamento da cidade em relação ao campo;
- 4.— Desenvolver a prática associativa e unitária entre a juventude, motivando a formação de grupos culturais e recreativos de múltipla actividade, que contribuam para a pesquisa e desenvolvimento dos valores socio-culturais do nosso povo;
- 5.— Fomentar na prática o espírito de solidariedade e cooperação entre jovens de diversos pontos do País, em diferente actividade profissional empenhados na construção do novo Portugal Democrático a caminho do Socialismo;
- 6.— Fomentar e desenvolver a solidariedade internacional da juventude e dos estudantes com o processo democrático e revolucionário em Portugal e, do mesmo modo, exprimir a solidariedade da juventude portuguesa, com os jovens e estudantes e todos os povos em luta contra o imperialismo e a reacção, pela Paz, a Democracia, Independência Nacional e o Progresso Social.

As condições de participação são as seguintes:

- a) Não há limite de idade;
- b) RESERVAS — podem ser feitas no Departamento da Juventude da Intersindical ou directamente com o representante do T. E. na ALDEIA;
- c) PAGAMENTO — será feito à entrada da ALDEIA directamente ao representante do T. E.;
- d) ESTADIA MINIMA — 3 noites;
- e) PREÇO POR NOITE — 10\$00;
- f) ALMOENTO — tendas militares com 8, 9 e 10 camas (camping);
- g) FACILIDADES NA/PERTO DA ALDEIA — Restaurante Universitário: preço por refeição: 15\$00 para o utente da ALDEIA, instalações sanitárias, campos do jogos, café-esplanada.

A ALDEIA DA JUVENTUDE e o seu êxito depende da ampla e unitária participação de todos os jovens estudantes e trabalhadores interessados.

PARTICIPA!

FUTEBOL INTERNACIONAL
vasas
 BUDAPESTE
 9 a 24 AGOSTO-1975
 organização intersindical e instel



FUTEBOL INTERNACIONAL

Encontram-se em Portugal duas equipas de futebol de dois países socialistas. Trata-se do Vasas de Budapeste e da Shachetex da cidade de Donetsk da Ucrânia da União Soviética.

Eis os programas de jogos que estas equipas irão disputar com equipas nacionais:

— VASAS

Dia 9 de Agosto, às 21 horas: Vasas-Estoril Praia no Estádio do Restelo.

Dia 10 de Agosto, às 18 e 30 horas: Vasas-Seleção do Barreiro no Campo Manuel de Melo.

Dia 13 de Agosto, às 21 horas: Vasas-Seleção do Centro do País no Estádio Municipal de Coimbra.

Lia 15 de Agosto, às 18 e 30 horas: Vasa-Leixões no Estádio do Mar.

— SHACHETEX

Dia 13 de Agosto, às 21 horas: Shachetex-Equipa de 1.º plano nacional no Estádio de Alvalade.

Dia 16 de Agosto, às 21 horas: Shachetex-Futebol Clube do Porto no Estádio das Antas.

Dia 17 de Agosto, às 21 horas: Shachetex-Sporting Clube Farense no Estádio S. Luís de Faro.

Dia 20 de Agosto, às 21 horas: Shachetex-Seleção de Évora no Estádio de Futebol de Évora.

De salientar que estas duas equipas são constituídas por operários metalúrgicos (Vasas) e mineiros (Shachetex).

ALAVANCA



ANIMAÇÃO CULTURAL NOS CENTROS DE FÉRIAS — ALBUFEIRA

EXCURSÕES DO INATEL

AGOSTO

FESTAS DE PENICHE

Dia 3, Domingo

LISBOA, Foz do Arelho, Caldas da Rainha (almoço), Peniche (festas dos trabalhadores do mar e da Senhora da Boa Viagem), Torres Vedras, LISBOA.

Só Transporte 90500

SERRA E MAR

Dia 3, Domingo

LISBOA, Mafra (visita ao Monumento), Enciça (almoço), Sintra, Cascais, LISBOA.

Só Transporte 70500

VALE DO VOUGA

Dia 9, Sábado

LISBOA, Caldas, Nazaré, S. Pedro de Muel, Vieira, Pedrógão, Matos de Carnos, Figueira da Foz (almoço), Albergaria, Vale do Vouga, Terras de S. Pedro do Sul, VISEU (jantar e alojamento).

Dia 10, Domingo

VISEU (pequeno almoço), Baçor, Luso (almoço), Coimbra (visita à cidade), Leiria, Rio Maior, LISBOA.

Só Transporte 300500
Tudo incluído 750500

TEJO ACIMA

Dia 10, Domingo

LISBOA, Santarém, Tancos (almoço frívolo em esplanada à beira do Tejo) e passeio de barco ao Castelo de Almouror), Golegã, Vila Franca, LISBOA.

Tudo incluído 210500

TRÓIA

Dia 10, Domingo

LISBOA, Setúbal (transporte de barco), Tróia (praia, almoço e regresso de barco), Setúbal, Pinhal Novo, Alcochete, Vila Franca, LISBOA.

Só Transporte (autocarro e barco) 85500

nifestam o desejo de se integrarem e participarem activamente tomando por vezes iniciativas que ultrapassam já a capacidade do animador.

E o caso de uma visita ao centro piscatório que ultrapassou em muito o cálculo das crianças que participariam.

Dai o terem de ficar muitas crianças que não puderam integrar-se nesta visita.

Daqui colocarse o problema do número de animadores realmente necessários.

Em vez de um, prevê-se de facto que serão necessários dois, tendo uma preparação técnica especial sobre trabalho em animação.

Encara-se, ainda, a hipótese de se duplicar este número. No entanto, e de considerar, é o facto de se ter consciência que os resultados já alcançados são francamente positivos, e de onde se concluiu que é realmente importante o que se está a fazer em animação cultural — e ainda mais importante será o que se irá fazer para futuro.



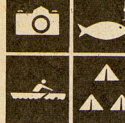
DO GRUPO 4 PARA OS TRABALHADORES

O Grupo 4, que tem estado em cena no Instituto Alemo, com a peça de Peter Weiss: «Como o Sr. Mokimpote se libertou dos seus Tormentos», numa adaptação de Ary dos Santos e encenada por Rui Mendes, vai organizar, em colaboração com o INATEL, uma série de espetáculos para trabalhadores, feitos nos seus próprios locais de trabalho.

Assim, o Grupo 4 actuará na Lishne no dia 28 às 18 horas e nos dias 29 e 30 em Setúbal, espetáculos integrados nas Festas da Cidade.

Está também prevista, por iniciativa do INATEL, a ida deste Grupo de Teatro ao Funchal, de 1 a 4 de Agosto, com a mesma peça.

Surgiu esta iniciativa no seguimento de tantas outras já tomadas pelo INATEL, que embora tendo perdido o carácter empresarial que era inerente à FNAJ, procura dar a conhecer, antes, promove, sem atitudes paternalistas, o que se vai fazendo. Se bem nova inserida no contexto revolucionário da sociedade portuguesa, os verdadeiros intérpretes da verdadeira cultura.



CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

O PROBLEMA DA ENERGIA, por Gus Hall — da Editorial Estampa

«Neste livro vamos examinar a crise energética, as suas causas e efeitos. Vamos examiná-la como sintomática de «problemas sérios e profundamente enraizados», para citar outro editorial do «Times». O exame deve partir da premissa de que a crise energética é a sinal ascendente dos preços, rendas e impostos, não são ondas momentâneas que se dissiparão; não são pensadelos passageiros; haverá subidas e descidas periódicas, mas a pressão mais lida é, praticamente, a mesma: haverá fluxos e refluxos, mas, na estrada que se abre à nossa frente, haverá crises e mais crises. Assumindo uma ou outra forma, as crises energéticas continuam, às falhas alimentares, às fraudes de preço, as onerosas taxas que ultrapassam o custo das contas de electricidade, das redes e dos impostos, serão, de ora avante, uma característica da vida dos Estados Unidos. São sintomas de um novo estágio da decadência do capitalismo. É uma forma de as companhias voltarem a roubar quem já roubaram. É uma forma de, oficialmente, os contrabandistas voltarem a roubar as mercadorias que já tinham roubado anteriormente.»

O SISTEMA ELEITORAL SOVIÉTICO, por Vitali Latov — Coleção «Cadernos Políticos» — Editorial Estampa.

«O poder dos soviéticos é o caminho do socialismo, descoberto pelas massas trabalhadoras, logo um caminho seguro, um caminho invencível», eis a definição que Lenine deu dos soviéticos.

«É o povo reunido nos soviets, escrevia o chefe da revolução proletária, que deve governar o Estado. Mais de 50 anos de história confirmam estas palavras proféticas.»

HUNGRIA, DAS ORIGENS AO SOCIALISMO, por András Székely e Tibor Huszár — N.º 2 da Coleção «Mundo Socialista» — Editorial Estampa.

«No seu caminho para o socialismo, a Hungria realizou já objectivos importantes: primeiro, a reorganização da agricultura, que teve lugar em 1959. Desde então, a agricultura húngara transformou-se numa indústria moderna de larga escala, capaz de satisfazer as necessidades nacionais e de produzir para a exportação. O segundo objectivo alcançado foi a introdução de um novo sistema de gestão económica. (...) Este sistema é uma maneira mais eficiente de escalar o crescimento económico, mantendo a economia sob controlo e aumentando a capacidade produtiva do homem, um sistema destinado a conduzir a um crescimento e a um desenvolvimento ininterruptos na Hungria.»

JORGE DIMITROV SOBRE A FRENTE ÚNICA, por Iliá Kljuiovski — Coleção «Cadernos Políticos» — Editorial Estampa.

«Como opor-se à ofensiva do fascismo e impedir que este tome o Poder?»

«Como enfraquecer e destruir o fascismo, depois deste ter tomado o Poder?»

Jorge Dimitrov respondeu a todas estas importantes perguntas da altura, e que as massas trabalhadoras e democráticas formulavam todos os dias.

Na tribuna do VII Congresso declarou:

«O que há a fazer em primeiro lugar, é criar a frente única, estabelecer a unidade dos operários em cada empresa, em cada bairro, em cada região, em cada país, no mundo inteiro. A unidade de ecclólo do proletariado no plano nacional e internacional é a arma poderosa que prepara a classe operária não só para uma defesa eficaz, mas também para uma contra-ofensiva vitoriosa contra o fascismo, contra o inimigo da classe.»

UNIÃO SOVIÉTICA — LIBERDADES E DIREITOS — Coleção «Mas... Afinal?» — Ordenação de Sérgio Ribeiro — Preço Editorial.

«Porque não discutir as liberdades e os direitos? E porque não a fazer apresentá-

do, também a perspectiva que o soviético acrescentam? Siml, porque «eles» não se recusam a discutir essas questões, havendo, siml, quem se recusa a ouvi-las e, obviamente, se negue e tudo faça para impedir a divulgação do que «eles» dizem.»

Cinema



O Verão nunca foi a época ideal para ver bom cinema, pelo menos em relação a filmes de estreia. No entanto, é de todo a conveniência estar atento às reposições e aproveitá-las em cima da hora, pois, em geral, a sua passagem por certos ecrãs é quase meteórica.

Faça esta observação, vamos aos filmes que o aconselhamos a ver: *Decameron*, de Pier Paolo Pasolini, no São Jorge, uma reconstituição fiel, mas não isenta de crítica, dos célebres contos de Boccaccio; *Caminhos do Prazer*, no Estúdio, um filme de Alain Robba-Grillet; *Sonhos do Passado*, no Apollo, com Jack Lemmon no protagonista; *O Último Verão*, de Frank Perry, no Estúdio 444; *Um Universal*, tam 4 filmes em exibição, a horas diferentes, está bem de ver: *A Coragem do Hero*, *A Morte de um Leão*, *Irrel* como um cavalo Louco e *Valparaíso... Valparaíso*. Sem compromisso, pode, ainda, ver *Os Anjos da Guarda*, no Berna, *Os Escândalos da Cidade* (um filme bastante discutível de Jean-Pierre Mocky e *Ligações Perigosas*, uma obra medíocre de Roger Vadim, mas, com a presença actual de Gerardo Philippe.

Quando a intenção é boa, nunca é de mais insistir, por isso voltamos a recomendar-lhe que não veja *Decameron Proibido*, A Professora, *Emanuelle*, *Oh! Calcutá*, etc.

Rádio

ALAVANCA — Diariamente, a partir das 00 horas, em Rádio Clube Português, RÁDIO ESTUDANTIL — Todos os dias, excepto aos domingos, na Emissora Nacional, pelas 17 horas, MOVIMENTO — No Rádio Clube Português, entre as 18 e as 20 horas.

SINDICALISMO — Na Emissora Nacional, às segundas e sextas-feiras, às 16.05. Além destes programas, destacamos como sempre o M.F.A. e o 5.º Divisão — apresentado aos domingos, entre as 10 e as 12 horas.

Teatro

O Teatro da Cornucópia apresenta a peça de Gorky «Pequenos Burgueses». Vai estreiar-se brevemente no Teatro Maria Matos o espectáculo de Miguel Franco «Lenda do Cidadão Manuel Lírio». Peter Weiss voltou a ser representado em Portugal, agora no Instituto Alemão, pelo Grupo 4. A peça intitulase «Como o sr. Mo-Kimote se libertou dos seus tormentos».

TV



Quarta-feira, 6 — No 1.º Canal, às 21.30. Responder ao País. No 2.º Canal, às 21.30. Histórias da TV Cubana.

Quinta-feira, 7 — No 1.º Canal, às 20.00 — Cinema Ano 11; e, às 21.05, Programas do MFA, No 2.º Canal, Impacto (de João Martins), às 22.45.

Sexta-feira, 8 — No 1.º Canal, às 20.00 — Relatório; às 21.00 — Afinal como 67 — programa de actividades económicas, de autoria do Dr. Pitucas Antunes e, às 21.30, Música, Música, da responsabilidade de Nuno Martins e Mário Vieira de Carvalho. No 2.º Canal, às 22.00 — Noite de Cinema. O filme japonês «A Senhora Musashino» do famoso realizador Mizoguchi.

Sábado, 9 — No 1.º Canal: às 14.20 — Diário de um Professor — uma série italiana que trata questões do ensino; 16.05 — N.º e Mulher; às 19.00 — Cada dia uma esperança — pelo dominicano Luis de França, às 19.30 — Os homens, os livros e as coisas — de Joaquim Magueijo. No 2.º Canal, às 23.00, réplica do programa do M.F.A.

Domingo, 10 — O programa mais sugestivo: Teleturam, às 20.55.

Segunda-feira, 11 — No 1.º Canal, às 19.30, a série *Karino*, ou a história de um magnífico cavalo, desde o seu nascimento às suas vitórias. As 21.05 — Teatro.

URGENTE A INTERVENÇÃO DO ESTADO



Toda a gente conhece a família Espírito Santo, sobretudo o sr. Manuel Ricardo, ex-banqueiro e ex-proprietário deste País. «Se fosse só esse!» — dirão muitos dos leitores. Claro que havia mais proprietários da nossa terra, havia e há (pelo menos à sota) para mal dos nossos pecados.

Muitos há que deambulam por esse mundo fora, tentando comprar outros países como, por exemplo, o sr. Champalmaud que, neste momento, «investe» os «seus» (nossos) capitais no Chile da junta militar fascista de Pinochet.

Aqui para nós, temos que passar a ter mais cuidado com estas fugas. Não é por nada, só que as coisas e as pessoas devem estar nos lugares que lhes competem. Nunca se viu ninguém, por exemplo, ir à casa com uma cana-de-peixe. Do mesmo modo, aqueles que exploraram o Povo durante 45 anos têm lugares próprios onde gastar o seu tempo e as suas energias: ou em casas de reclusão, vulgarmente conhecidas por cadeias, ou casas de reabilitação (se ainda valer a pena...) vulgarmente conhecidas por campos de trabalho. Assim já não nos aborrecem, a nós, portugueses, nem irão aborrecer outros. Que culpa tem o Povo brasileiro ou chileno que se tivesse mandado embora, ou se deixasse fugir, uns quantos desses proprietários?

Desculpem todo este arrazoado, mas há muito que esperava esta oportunidade que agora me foi dada pelas camaradas que trabalham na Fundação Espírito Santo. E que, mais um dos Sam-

tos foi de «férias» e nunca mais voltou, deixando, assim, cerca de 150 trabalhadores daquela Fundação ao... «deus dar».

Esta instituição foi criada em 1953 tendo em vista a «defesa das artes decorativas portuguesas, pela manutenção das suas características tradicionais, educação do gosto do público e desenvolvimento da sensibilidade e cultura dos artífices».

Tudo isto é muito bonito, mas 140 operários altamente especializados, ali ganham o seu sustento e o das suas famílias, executando, dia a dia, verdadeiras obras-primas a que nem todos podem chegar. Todos os camaradas que ali trabalham não frequentaram qualquer escola superior. Quanto muito, alguns deles tiraram o curso industrial. A sua Universidade foi a prática dos muitos anos de aprendizagem ali passados.

Entretanto, um dos Santos que administrava actualmente a Fundação, o Santo Salgado, foi-se embora, pelo que os trabalhadores resolveram reestruturar toda a instituição.

Mas vejamos o que começou por nós declarar um dos elementos da Comissão dos Trabalhadores: «A Fundação serviu, fundamentalmente, para a família Espírito Santo se promover. Nesta mesma sala em que nos encontramos já foram recebidos o Nixon, o Rockefeller e outros. Vinham cá, viam as peças que nós fazíamos, principalmente de mobiliário, e encomendavam, ou mandavam restaurar, peças antigas de grande valor».

Será de salientar que das mãos destes camaradas saem verdadei-

ras maravilhas de marcenaria, talha, embutidos, pintura decorativa, serralhança artística, ouragem, encadernação e decoração de livros, tapetes de Arraiolos, etc.

Mas, entretanto, chegou o 25 de Abril, tendo sido eleita a Comissão de Trabalhadores que além de elaborar um caderno reivindicativo se debruçou sobre os problemas que mais afectam a Fundação. «Verificámos, por um lado, — prosseguiu um dos nossos entrevistados — que existem novos mercados a explorar. Por exemplo: certos restaurantes de museus e monumentos estrangeiros poderão ser executados por nós, até já temos feito alguns. Isso só trará divisas para o País. Neste momento estamos empenhados na elaboração de um catálogo, com vista à divulgação, lá fora, dos nossos trabalhos. Por outro lado, o Estado subsidia anualmente a Fundação com 1500 contos. Se isso acontece, porque razão os restauros do património artístico nacional não são feitos por nós? O Teatro Nacional, por exemplo, está a ser restaurado por empreiteiros que não percebem nada do assunto. Aquilo tem sido uma verdadeira mina para uns quantos!»

Todos estes problemas foram postos ao sr. S S (Salgado Santo) pelos trabalhadores e este senhor em resposta disse que andava a fazer diligências. Em fins de Maio, pediu «férias» no banco de que era director, para ir visitar a mãe que estava «doente», e até à data nunca mais se viu. Segundo os Estatutos da Fundação, a partir do momento em que nenhum membro da exemi-

nente família esteja ligado à instituição, está devêr ficar sob a alçada do Estado.

Pois bem. A pergunta que os trabalhadores da Fundação fazem, é a seguinte: «Se uns fugiram e outros estão presos, porque razão o Estado não intervém?» De resto, e segundo os nossos interlocutores, Manuel Ricardo Espírito Santo, foi o próprio a dizer que o Estado poderia tomar conta da Fundação. Na verdade, já pouco tem a perder.

Vejamos, então, o ponto da situação que nos foi feito pela Comissão de Trabalhadores: «Embora tenhamos um «défice» de 25 000 contos a situação é desafiada uma vez que temos aqui dentro um património de cerca de 100 000 contos. Mesmo que executássemos apenas trabalhos para o Estado, o património nacional é tão vasto que teríamos trabalho para o resto da nossa vida. Por outro lado, isto poderia, e deverá, tornar-se numa seccção sem precedentes no nosso país. O que nós aqui fazemos só se aprende na prática, com muitos anos de trabalho. Gostaríamos, também, de fundar um museu do mobiliário português. Enfim quem nos dá a Fundação ao serviço de todos nós, do Povo.»

Que assim seja. Esperamos, pois, que a intervenção do Estado se verifique o mais depressa possível, caso contrário poder-se-ão registar perdas irrecuperáveis para todos nós.